

Discurso da diretora de Aposentados da Anamatra 5º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados

É com grande alegria que lhes dou as boas vindas ao 5º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados. Passei a fazer parte desse time em janeiro do corrente ano. Como toda nova fase da vida, essa também veio carregada de expectativas. Como seria, após quase 22 anos de intensa dedicação à magistratura, viver sem audiências, despachos e sentenças?

Procurei apoio nas palavras de Lia Luft, premiada escritora gaúcha, que do alto dos seus 76 anos de idade nos diz: “A vida deveria ser uma constante reinvenção de nós mesmos. A vida não tem que ser sorvida como uma taça que se esvazia, mas como o jarro que se renova a cada gole bebido”.

A aposentadoria faz parte do ciclo natural da vida, representando apenas mais uma das mudanças e transições pessoais por que passamos. Um momento de virada, tão significativo como o primeiro dia na escola, a entrada na faculdade, o primeiro trabalho, o casamento, o nascimento dos filhos. São etapas que normalmente trazem dúvidas, ansiedades, angústias, medos e incertezas, mas que também podem trazer desafios, realizações, satisfação, crescimento e prazer. A aposentadoria pode se apresentar como um momento de reconstrução de novos investimentos e de novas descobertas.

Foi com esse espírito que aceitei o desafio de, atendendo ao honroso convite do colega Germano, compor a chapa que foi eleita para a direção de nossa associação nacional, assumindo então a diretoria de Aposentados. Com renovada disposição, voltei a frequentar a sede da Anamatra, cujo Conselho de Representantes tive a honra de integrar no biênio de 2008 a 2010, como presidente da Amatra 6 (PE). Voltei, assim, à linha de frente do movimento associativo, no qual sempre acreditei e depus as esperanças de construção coletiva de uma magistratura ativa, independente e respeitada.

São muitos os desafios atualmente enfrentados pela magistratura em geral, e pelos aposentados em particular, notadamente nesse momento de discussão de uma nova LOMAN. Embora afastados da jurisdição, continuamos juízes, haja vista a vitaliciedade do cargo, e, como tais, podemos e devemos nos preocupar com os rumos da magistratura nacional.

A defesa da paridade, por exemplo, extrapola a simples questão remuneratória e nos remete à reflexão sobre que magistratura queremos para o nosso país. Ao contrário do que pode parecer, a quebra da paridade com a instituição de parcelas que beneficiam somente os ativos, não viola direito apenas dos aposentados. A redução dos ganhos por ocasião da aposentadoria tem como consequência a postergação desse momento por muitos magistrados, que são levados a esperar a idade em que serão compulsoriamente jubilados, o que provoca efeito que já se faz sentir: o trancamento da carreira. Consequência nefasta, que limita horizontes e desmotiva os juízes em atividade. O lamentável fim da paridade, instituído pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, não pode servir de pretexto para a quebra da isonomia a que têm direito os que foram admitidos antes de sua promulgação. Felizmente, não constituem maioria os que enxergam na luta pela defesa da paridade apenas uma ameaça aos seus próprios ganhos, nela não conseguindo vislumbrar a legítima busca da efetivação de direito

constitucionalmente assegurado. Conforme já deliberado pelas três associações da magistratura nacional, a garantia da paridade foi erigida à condição de princípio norteador das discussões sobre o novo Estatuto da Magistratura e assim deve ser.

Por outro lado, não podemos desistir da luta pelo retorno a um único regime previdenciário para os juízes, haja vista a fragmentação da magistratura que a adoção de regimes distintos provoca. O tema demanda o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas pelas associações de magistrados contra as Emendas Constitucionais 20 e 41. Ações Diretas que, nada obstante a importância do tema, ainda não mereceram a apreciação de nossa mais alta Corte. Impõe-se o bom combate por uma magistratura verdadeiramente una, sem discrepâncias vencimentais, e cujas prioridades sejam a fixação de subsídios dignos e a valorização do tempo de serviço.

Também elegemos como uma de nossas prioridades o fim do desconto da contribuição previdenciária imposto aos aposentados e pensionistas do serviço público pela Emenda 41. Amanhã marcaremos presença na Câmara dos Deputados em defesa da aprovação da PEC 555/2006, que está pronta para ser votada desde 2010. A manutenção do desconto previdenciário após o jubramento constitui injustiça que precisa ser reparada, pois não podemos admitir contribuição para a qual não há contrapartida do Estado.

Essas lutas, caros colegas, exigem o engajamento de todos, inclusive dos aposentados. Fizemos questão de sediar este 5º Encontro em Brasília, bela capital Federal de arquitetura e pôr do sol inigualáveis, para afirmar a importância da participação política dos aposentados nos debates internos e externos, seja em âmbito local, seja em nível nacional. Desses debates não podemos nos ausentar, sendo também de fundamental importância nossa presença nos Conamats, eventos bianuais nos quais são traçadas as balizas da atuação política da Anamatra.

Já me encaminhando para o final, quero registrar e agradecer o apoio que a diretoria de Aposentados tem recebido do estimado presidente Germano e demais diretores, bem como a dedicação dos colegas que compõem a Comissão dos Aposentados: os queridos Adil, Eliete, Rodnei, Marama, Braga e Eliane. O trabalho de todos tem sido incansável em prol de nossas demandas.

Na pessoa da nossa diretora de Eventos, Anna Carolina, agradeço ainda a todos que se empenharam na realização desse Encontro.

Por fim, colegas, agradeço a vinda de vocês, almejando que possamos todos partilhar dias de agradável convívio aqui em Brasília, bem como em Pirenópolis, encantadora cidade histórica de Goiás, onde nos dedicaremos apenas ao lazer, pois, afinal, ninguém é de ferro.

Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Boa tarde.

Brasília, 15 de setembro de 2015.